

PAÍSES COM TRIBUTAÇÃO FAVORECIDA E AS LISTAS DA OCDE: O CASO DO URUGUAI

Martinho Martins Botelho¹

RESUMO

Os Países com Tributação Favorecida (PTFs) representam os Estados nacionais ou regiões dependentes ou independentes nas quais as instituições normativas e/ou organizacionais facilitam a aplicação de capitais estrangeiros, oferecendo vantagens fiscais com tributação muito baixa ou nula. Trata-se de uma realidade existente na esfera internacional já nos séculos XVIII e XIX da Revolução Industrial. Também denominados Regimes de Tributação Nocivas (RTNs) são indesejáveis perante a sociedade internacional em razão de, normalmente, encobrirem a lavagem internacional de dinheiro, crimes organizados internacionais, corrupção, entre outros; além de desrespeitarem a transparência internacional e a troca internacional de informações fiscais. No âmbito do direito tributário internacional, são vários os países considerados paraísos fiscais, sendo âmbito de preocupação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do Fórum Global sobre a Transparência Fiscal e do G-20. A finalidade do presente artigo é fazer breves considerações sobre o nível de classificação dos paraísos fiscais pela OCDE e pelo Brasil, finalizando com a recente constatação da evolução do Uruguai de paraíso fiscal para Estado cooperativo com a OCDE, após 2011, em razão de modificações no seu sistema jurídico interno. Realizou-se um levantamento informacional sobre os paraísos fiscais na contemporaneidade, além de observações importantes do ordenamento jurídico tributário brasileiro. As considerações finais do presente trabalho resultam na inadequação do Uruguai como paraíso fiscal e nem da “grey list” da OCDE, representando um avanço para o país que, depois de mais de 18 tratados assinados, passou a colaborar com os pedidos de informações fiscais internacionais, deixando de ser mero Centro Financeiro não-Cooperativo para ser componente da “white list” da mencionada organização internacional.

Palavras-chave

Paraísos fiscais, países com tributação favorecida, OCDE, Uruguai.

1. Introdução – 2. Noções conceituais da OCDE sobre Países com Tributação Favorecida (PTFs) – 3. A noção de paraísos fiscais no Brasil – 4. As categorias existentes sobre PTFs na visão da OCDE – 5. O caso do Uruguai: da “grey list” para a “white list” – 6. Considerações finais – 7. Referências bibliográficas

¹ Doutor em Integração da América Latina no Programa de Integração da América Latina (Prolam) pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorando em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor do Centro Universitário Internacional Uninter; das Faculdades Santa Cruz e da Fundação de Estudos Sociais do Paraná (FESP PR), em Curitiba, Paraná. Coordenador do Grupo de Pesquisas sobre Direito do Comércio Exterior, da Uninter. Advogado e economista. E-mail: martinho.botelho@yahoo.com.br

1. Introdução

O presente artigo tem o objetivo de promover uma sucinta análise do caso do Uruguai como Estado incluído nas listas da OCDE que tratam sobre os Países com Tributação Favorecida (PTFs), estudo esse que será precedido, necessariamente, de considerações a respeito da conceituação da OCDE sobre PTFs, a noção de paraísos fiscais no Brasil e a visão da OCDE sobre as categorias de PTFs.

A análise do Uruguai como paraíso fiscal passará por breves considerações fundamentais, quais sejam: as noções das listas da OCDE e os diversos paraísos fiscais na sociedade internacional.

Em seguida, serão, brevemente, analisados os principais elementos sustentados para se desconsiderar o Uruguai como paraíso fiscal, e considerá-lo como Estado cooperativo em matéria de troca internacional de informações fiscais.

2. Noções conceituais da OCDE sobre Países com Tributação Favorecida (PTFs)

O fato social internacional de concessão de benefícios e incentivos fiscais a determinadas atividades econômicas, há séculos, vem sendo utilizado como forte instrumento de implementação de disputas para atração de capital de investimento, capital de produção, incremento de mão de obra e de tecnologia, entre outros.

Na seara internacional tributária, tal fenômeno se deu, mesmo antes da constituição dos Estados nacionais e a construção da noção de Estado no século XVI, nas ideias de Hegel e, posteriormente, fora fortalecido nos séculos XVIII e XIX da Revolução Industrial (AMATUCCI, 2012, p. 230).

Por outro lado, na esfera nacional, sabe-se das disputas criadas entre as diversas entidades das organizações internas dos respectivos Estados, por meio do qual se criou estratégia para atração, igualmente, de investimentos, empreendedorismo, tecnologia, entre outros.

Comumentemente, no Brasil, tal aspecto fora denominado de “Guerra Fiscal”, tendo consequências e apresentação preocupações diversas para os agentes socioeconômicos e também para o Estado brasileiro.

Na esfera internacional, as organizações internacionais vêm se preocupando com o que se poderia chamar de “Guerra fiscal internacional”, ou seja, uma disputa entre os Estados para a implementação de sistemas tributários nacionais nocivos à livre concorrência internacional, à justiça tributária internacional, constituindo-se em “erva daninha” tributária, denominados de *harmful tax regimes* (ou, regimes tributários nocivos).²

Tais regimes provocam a diminuição das receitas tributárias dos diversos países, principalmente dos menos favorecidos com tecnologia, produção, mão de obra, indústria competitiva, entre outros; acarretando ainda mais possíveis dificuldades financeiras, as quais, certamente, em nada contribuem para a denominada justiça tributária internacional e a isonomia internacional, incluindo-se outros princípios daí decorrentes.

Chamam-se de Países com Tributação Favorecida (PTFs) e, de acordo com a legitimidade da aplicação do favorecimento de tributação e o princípio da soberania em Direito Internacional Público, a concessão de benefícios fiscais, a adoção de

² No presente artigo, denominar-se-ão de RTN, ou seja, sigla para regimes tributários nocivos, tal como, em geral, é feito na doutrina jurídica de Direito Internacional Tributário.

medidas unilaterais contra determinado Regime de Tributação Nociva (RTN) é, muitas vezes, dificultada, podendo gerar graves consequências na política externa de um Estado (TORRES, 2001, p. 252).

Com isso, tais mecanismos de política tributária são facilitados de implementação quando uma organização internacional ou ente internacional relevante a reconhece ou quando um determinado Estado adotante de um RTN específico não tem relevância política internacional (MARTINS, 2008, p. 33).

Efetivamente, ocorre da sociedade internacional – principalmente, os Estados nacionais mais sensíveis à “Guerra fiscal internacional” – ter preocupação em combater a evasão fiscal e, principalmente, a surgimento e a utilização dos denominados “paraísos fiscais”.³

Paraísos fiscais são considerados Estados nacionais ou regiões dependentes (podendo até mesmo serem independentes) nas quais as instituições normativas e organizacionais facilitam a aplicação de capitais estrangeiros, oferecendo vantagens fiscais com tributação muito baixa ou nula.

Contemporaneamente, os paraísos fiscais permitem a aplicação de ativos (principalmente, financeiros) com origem desconhecida, protegendo a identidade própria dos proprietários, garantindo-se ainda sigilo bancário absoluto e/ou relativo, sendo, portanto, não-cooperativo.

Representam regiões geográficas marcadas por facilidades para constituição de sociedades, inclusive em função da tributação baixa ou inexistente (AMATUCCI, 2012, p. 233).

Normalmente, nos paraísos fiscais, procura-se evitar a aplicação do regime jurídico de direito internacional que controle a lavagem de dinheiro.⁴

Assim, em tais Estados, realiza-se de tudo para proteger a identidade dos investidores e mantê-los no anonimato, frequentemente, deparando-se com “contas bancária fantasmas” que canalizam recursos oriundos de diversos meios ilícitos, tais como: corrupção político-administrativa e tráfico de entorpecentes (TAVOLARO, 2006, p. 95).

Em 1998, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou um relatório, considerando como Paraísos Fiscais os Estados nacionais que possuíssem as seguintes características determinantes⁵:

³ Ademais, sabe-se da ideia de se elaborar uma nova encíclica papal com capítulo especial denominado “Fraude e Fisco”, estabelecendo condenação moral aos fraudadores e aos paraísos fiscais que ocultam ativos de origem ilícita.

⁴ Geoffrey Colin Powell, ex Conselheiro Econômico da Ilha de Jersey: "O que... identifica uma área como sendo 'paraíso fiscal' é a existência de um conjunto de medidas estruturais tributárias criadas deliberadamente para tirar vantagem de, e explorar a demanda mundial de oportunidades para se envolver em evasão tributária" (tradução livre). No original: "What ... identifies an area as 'tax haven' is the existence of a set of structural tax created deliberately to take advantage of, and exploit the worldwide demand for opportunities to engage in tax evasion." Vide: POWELL, Geoffrey Colin. **Economic Survey of Jersey**. California: States of Jersey, 1971, p. 32.

⁵ Tal relatório se chamou: **Harmful tax competition** – an emerging global issue. ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Paris: OECD publications, 1998. Tal relatório poderia ser traduzido como: “Concorrência fiscal prejudicial: uma questão global emergente”. Em tal documento, os Estados nacionais foram classificados como: paraísos fiscais, regimes preferenciais nocivos (aqui denominados regimes de tributação nociva, RTN) e regimes de circunscrição. O primeiro consiste nos Estados nacionais caracterizados por terem impostos nominais ou não o terem, impedindo a simples troca de informações sobre os contribuintes, faltando transparência. No regime de preferencial nocivo, existe também dificuldade de troca de informações e

Tributação nominal baixa ou inexistente;
Impossibilidade de troca de informações tributárias com os demais Estados da sociedade internacional;
Falta de transparência na exegese (aplicação) da legislação tributária.
Não requisição de substância econômica das atividades.

Não obstante, a OCDE também estabeleceu, no mencionado Relatório de 1998, a definição de RTN, nas seguintes características (FINNERTY et ali, 2007, p. 34):

Tributação efetiva baixa ou inexistente;
Impossibilidade de troca de informações tributárias entre Estados da sociedade internacional;
Falta de transparência na exegese da legislação tributária;
Existência de benefícios tributários que não afetam a economia local, denominando-se por *ring fencing*.

Por meio de tais critérios, a OCDE criou uma lista dos diversos regimes tributários adotados pelos seus membros, com características potencialmente nocivas e os Paraísos Fiscais, apontando também algumas medidas unilaterais para combater a utilização dos RTNs.

Eis as medidas da entidade internacional (AVI-YONAH, 2008, p. 54):

Estabelecimento de regras de tributação dos lucros de controladas no exterior (*Controlled Foreign Corporations, CFC*);
Estabelecimento de tributação de fonte diferenciada sobre pagamentos e contribuintes que usufruem de RTN; e
Estabelecimento de regras de preços de transferência.

Como paraísos fiscais, destacam-se: Bahamas, Ilhas Caimão, Ilhas Bermudas, Ilhas Turks e Caicos, Liechtenstein, Suíça, Ilhas do Canal, Luxemburgo e Ilha da Madeira, além de diversos outros pequenos países, normalmente insulares.

3. A noção de paraísos fiscais no Brasil

Desde 1996, o Brasil vem adaptando o seu sistema tributário nacional às tendências, recomendações e convenções internacionais, seguindo o caminho da uniformização tributária globalizada e das estabilidades políticas e econômicas (TORRES, 1997, p. 54).

Com isso, caminhou-se por uma esteira tributária que tributava rendimentos para um sistema isencional (XAVIER, 1993, p. 11).

Ademais, passou-se a adotar elementos universais de tributação, ora denominado *worldwide income*, estabelecendo, por exemplo, a aplicação de regras de preços de transferência (*transfer pricing*) e a adoção do conceito de RTN da OCDE.

A definição de RTN foi corroborada no sistema tributário brasileiro por meio da lei federal ordinária nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; mas com a expressão Países com Tributação Favorecida, aproveitando-se tal

transparência fiscal; sendo que a tributação é muito baixa ou inexistente. Por fim, existe o regime de circunscrição (*ring-fencing*) o qual está isolado dos contribuintes de maneira parcial, existindo nenhuma ou pouca carga tributária.

oportunidade para incluir também as normas jurídicas brasileiras para preços de transferência.⁶

Momentos depois, a definição foi alterada, passando-se a utilizar normas específicas daquelas presentes na lei federal ordinária nº 9.430/1996.

Posteriormente, em razão da dificuldade da aplicação do conceito de PTFs, as autoridades fiscais brasileiras publicaram um rol enumerativo na qual constavam tais países, os quais passaram a incluir uma chamada *black list*, quais sejam: **Andorra; Anguilla; Antígua e Barbuda; Antilhas Holandesas; Aruba; Comunidade das Bahamas; Bahrein; Barbados; Belize; Ilhas Bermudas; Campione d'Italia; Chipre; Cingapura; Ilhas Cook; República da Costa Rica; Djibouti; Dominica; Emirados Árabes Unidos; Federação de São Cristóvão e Nevis; Gibraltar; Granada; Hong Kong; Labuan; Líbano; Libéria; Liechtenstein; Luxemburgo⁷; Macau; Ilhas do Canal (Alderney, Guernsey, Jersey e Sark); Ilhas Cayman; Ilha da Madeira⁸; Maldivas; Malta; Ilha de Man; Ilhas Marshall; Ilhas Maurício; Ilhas Turks e Caicos; Ilhas Virgens Americanas; Ilhas Virgens Britânicas Mônaco; Ilhas Montserrat; Ilha Niue; Nauru; Sultanato de Omã; Panamá; Samoa Americana; Samoa Ocidental; San Marino; São Vicente e Granadinas; Santa Lúcia; Seychelles; Tonga; Vanuatu.⁹**

Fora a primeira tentativa do Ministério da Fazenda por meio da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 188, de 06 de agosto de 2002.¹⁰

Com novas alterações sobre o tema, de acordo com a lei federal ordinária nº 11.727, de 26 de junho de 2008; introduziram-se novas definições e ampliação de alguns elementos, de tal sorte que os contribuintes brasileiros e também investidores estrangeiros criaram grandes preocupações com tais temas.

A partir de 01 de janeiro de 2009, depois de observado o princípio da anterioridade nonagesimal e da anualidade tributária, importantes disposições da

⁶ Publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 30 de dezembro de 1996; já tendo sido modificada pelas seguintes medidas legais: Medida Provisória nº 517, de 2010; lei federal ordinária nº 12.431, de 2011; lei federal ordinária nº 12.715, de 2012; lei federal ordinária nº 11.033, de 2004; lei federal ordinária nº 9.959, de 2000; Medida Provisória nº 478, de 2009; Medida Provisória nº 563, de 2012; Medida Provisória nº 563, de 2012; lei federal ordinária nº 10.451, de 2002; lei federal ordinária nº 11.727, de 2008; Medida Provisória nº 449, de 2008; lei federal ordinária nº 11.941, de 2009; Medida Provisória nº 351, de 2007; lei federal ordinária nº 11.488, de 2007; lei federal ordinária nº 9.532, de 1997; lei federal ordinária nº 9.481, de 1997; lei federal ordinária nº 10.637, de 2002; lei federal ordinária nº 10.892, de 2004; medida provisória nº 303, de 2006; medida provisória nº 351, de 2007; medida provisória nº 472, de 2009; lei federal ordinária nº 12.249, de 2010; medida provisória nº 2.158-35, de 2001; medida provisória nº 449, de 2008; lei federal ordinária nº 9.716, de 1998; lei federal ordinária nº 9.532, de 1997; medida provisória nº 2.189-49, de 2001; lei federal ordinária nº 10.833, de 2003; lei federal ordinária nº 11.051, de 2004; lei federal ordinária nº 12.249, de 2010; lei federal ordinária nº 11.196, de 2005; lei federal ordinária nº 12.350, de 2010; lei federal ordinária nº 12.350, de 2010; lei federal ordinária nº 12.382, de 2011.

⁷ **No que respeita às sociedades *holding* regidas, na legislação luxemburguesa, pela lei de 31 de julho de 1929.**

⁸ Ou Região autônoma da Madeira.

⁹ Pode-se, mesmo que ainda representa polêmica, incluir outros Estados: alguns Estados dos Estados Unidos, Paraguai, Sealand, entre outros.

¹⁰ Tal IN SRFB/MF foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 09 de agosto de 2002; sendo revogada pela IN SRFB/MF nº 1.037, de 04 de junho de 2010; publicada no DOU de 07 de junho de 2010; sendo alterada, posteriormente, pela IN SRFB/MF nº 1.045/2010 e pelo Ato Declaratório Executivo da Receita Federal do Brasil (ADE/RFB) nº 3, de 25 de março de 2011.

mencionada lei passaram a serem importantes, tal como, exemplificativamente, o art. 41, VI.¹¹

Na seara do sistema tributário brasileiro, a definição de PTF é utilizada em três situações distintas, quais sejam¹²:

- Aplicação das regras de preços de transferência;
- Majoração da alíquota do imposto sobre a renda na fonte;
- Exclusão dos benefícios de Investidores Qualificados;

No condizente à aplicação das regras de preços de transferência, o art. 24 da lei federal ordinária nº 9.430/1006, cumulado com o art. 4º da lei federal ordinária nº 10.451, de 10 de maio de 2002; estabelece que estão sujeitas à aplicação das regras de preços de transferência as “(...) operações efetuadas por pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no Brasil, com qualquer pessoa física ou jurídica, ainda que não vinculada, residente ou domiciliada em país que não tribute a renda ou que a tribute a alíquota máxima inferior a vinte por cento”.¹³

Assim, para a finalidade da aplicação das regras de preços de transferência, a definição de PTF corresponde a qualquer ou entidade soberania dependente que não tribute a renda ou que a tribute com alíquota inferior a vinte por cento ou cuja legislação interna oponha sigila relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade, remetendo, assim, ao conceito de “paraísos societários” bastante difundido na doutrina jurídica de Direito Societário Internacional.

É relevante esclarecer que as Listas Negras (*black lists*) estabelecidas pela IN SRFB/MF nº 188/2002 assim como pela IN SRFB/MF nº 1.037/20010 são taxativas ou enumerativas, de tal maneira que há possibilidade de inclusão de um novo PTF, estando tais caracterizações vinculadas à alteração do mencionado rol.

No atinente à majoração da alíquota de Imposto de Renda na Fonte, o art. 8º da lei federal ordinária nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999 e o art. 47 da lei federal ordinária nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 estabelecem que: “(...) Sem prejuízo do disposto no art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e no art. 7º da Lei nº 9.959, de 27 de janeiro de 2000, o ganho de

¹¹ *In verbis*: Art. 41. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação: (...)VI – aos arts. 22, 23, 29 e 31, a partir do primeiro dia do ano seguinte ao da publicação desta Lei.

¹² Assim estabelece o art. 24-A, incluído pela lei federal ordinária nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (resultante da conversão da Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008) (...)

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, considera-se regime fiscal privilegiado aquele que apresentar uma ou mais das seguintes características:

I – não tribute a renda ou a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento)

II – conceda vantagem de natureza fiscal a pessoa física ou jurídica não residente:

a) sem exigência de realização de atividade econômica substantiva no país ou dependência;

b) condicionada ao não exercício de atividade econômica substantiva no país ou dependência;

III – não tribute, ou o faça em alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento), os rendimentos auferidos fora de seu território;

IV – não permita o acesso a informações relativas à composição societária, titularidade de bens ou direitos ou às operações econômicas realizadas.

¹³ Publicada no DOU de 24 de junho de 2008.

capital decorrente de operação, em que o beneficiário seja residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida, a que se refere o art. 24 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, sujeita-se à incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento), normalmente cobrada a 15% (quinze por cento).

Portanto, quanto à majoração de alíquota de Imposto de Renda retido na Fonte para rendimentos e ganhos de capital pagos a residentes ou domiciliados no exterior; a definição de PTF no Brasil é o mesmo daquela aplicada às regas de preços de transferência, vale dizer: qualquer país ou dependência que não tribute a renda ou que a tribute com alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade.

Ressalte-se, novamente, que o rol de PTFs da IN SRFB/MF nº 188, de 2002; e também o presente na sua norma revogadora IN SRFB/MF nº 1.037/2010 são taxativos.

No condizente à exclusão dos benefícios de Investidores Qualificados, de acordo com o art. 81 da lei federal ordinária nº 8.981, de 1995; art. 7º da lei federal ordinária nº 9.959, de 2000; art. 29 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001 e o art. 16 da Medida Provisória nº 2.189-49, de 2001; o tratamento fiscal mais benéfico aos rendimentos e ganhos auferidos por investidores estrangeiros que resolveram investir no Brasil através da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 2000 (chamados de Investidores Qualificados) não se aplica nas condições nas quais os investidores sejam oriundos de países que tributem a renda a uma alíquota inferior a 20%.

Além disso, os arts. 1º e 3º da lei federal ordinária nº 11.312, de 2006; descreveram que o tratamento fiscal mais benéfico aos rendimentos ali descritos não se aplica, caso tais rendimentos sejam pagos a Investidor Qualificado residente ou domiciliado em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20%.¹⁴

¹⁴ *In verbis*: Art. 1º Fica reduzida a zero a alíquota do imposto de renda incidente sobre os rendimentos definidos nos termos da alínea "a" do § 2º do art. 81 da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, produzidos por títulos públicos adquiridos a partir de 16 de fevereiro de 2006, quando pagos, creditados, entregues ou remetidos a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, exceto em país que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento).

§ 1º O disposto neste artigo:

I - aplica-se exclusivamente às operações realizadas de acordo com as normas e condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional;

II - aplica-se às cotas de fundos de investimentos exclusivos para investidores não-residentes que possuam no mínimo 98% (noventa e oito por cento) de títulos públicos;

III - não se aplica a títulos adquiridos com compromisso de revenda assumido pelo comprador.

§ 2º Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários, referidos no caput e no § 1º deste artigo, adquiridos anteriormente a 16 de fevereiro de 2006 continuam tributados na forma da legislação vigente, facultada a opção pelo pagamento antecipado do imposto nos termos do § 3º deste artigo.

§ 3º Até 31 de agosto de 2006, relativamente aos investimentos possuídos em 15 de fevereiro de 2006, fica facultado ao investidor estrangeiro antecipar o pagamento do imposto de renda incidente sobre os rendimentos produzidos por títulos públicos que seria devido por ocasião do pagamento, crédito, entrega ou remessa a beneficiário residente ou domiciliado no exterior, ficando os rendimentos auferidos a partir da data do pagamento do imposto sujeitos ao benefício da alíquota zero previsto neste artigo.

§ 4º A base de cálculo do imposto de renda de que trata o § 3º deste artigo será apurada com base em preço de mercado definido pela média aritmética, dos 10 (dez) dias úteis que antecedem o

Em situações nas quais as regras de preços de transferência e de majoração de alíquotas de Imposto de Renda na Fonte, são aplicadas as referências do art. 24 da lei federal ordinária nº 9.430, de 1996; além também de todos os demais critérios definidos na própria legislação, incluindo-se a noção de dependências, países que estabelecem sigilos, entre outros.

Ademais, o critério acaba sendo o da localização da sede em país de ordenamento jurídico de tributação sobre a renda com alíquota inferior a 20%.

Portanto, o critério para exclusão dos benefícios disponíveis para Investidores Qualificados consiste em critério diferente do usado para definir PTF para fins de aplicação das regras de preços de transferência e majoração de alíquota de Imposto de Renda na Fonte.

Além disso, é relevante também observar que tal critério não inclui dependências de soberanias (subdivisões políticas dos Estados), mas apenas países soberanos.

No Brasil, a IN SRFB/MF nº 188, de 2001 e também a IN SRFB/MF nº 1.037/2010; não estabeleceram diferenças e menciona, expressamente, disposições que tratam da exclusão dos benefícios disponíveis para Investidores Qualificados.

Com a implementação da lei federal ordinária nº 11.727, de 2008; ficou ampliado o conceito de PTF vigente a partir de 01 de janeiro de 2009; por meio do acréscimo do art. 24 na lei federal ordinária nº 9.430, de 1996; qual seja, pela inclusão de países ou dependência cuja legislação não permita o acesso a informações relativas à composição societária de pessoas jurídicas, à sua titularidade ou à identificação do beneficiário efetivo de rendimentos atribuídos a não-residentes.

Ressalte-se também que o Brasil não considerava como paraísos fiscais, os chamados Países com Tributação Favorecida, aqueles cuja legislação permitia manter em sigilo a composição societária das empresas. Situação essa que parece ter mudado com a IN SRFB/MF nº 1.037/2010 que trata dos chamados Regimes Fiscais Privilegiados.

4. As categorias existentes sobre PTFs na visão da OCDE¹⁵

Tal como publicado pela OCDE, existem 3 categorias de listas de classificação de Estados nacionais, no condizente à sua estrutura e/ou contribuição como categorias de PTFs (paraísos fiscais em sentido amplo), quais sejam: Lista Negra, Lista Cinza e Lista de Centros Financeiros não-cooperativos (ROHATGI, 2007, p. 13).

A Lista Negra (*Black List*) consiste no rol de Estados que ignoram as autoridades fiscais estrangeiras, não cooperando internacionalmente para trocas de informações fiscais.

A Lista Cinza (*Grey List*) representa os países e territórios dependentes que, supostamente, não adotam o princípio da transferência fiscal como padrão, mas com tendências à adoção de tal medida, cumprindo com as recomendações da OCDE.

pagamento, das taxas indicativas para cada título público divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA.
(...)

¹⁵ Os dados mencionados do presente tópico foram levantados em várias informações constantes no Tax Justice Network: www.taxjustice.net

A terceira categoria, Lista de Centros Financeiros não-cooperativos (*Non cooperative financial centres*) é formada por Estados que não compõem as duas listas anteriores, ou seja, não estão na Lista Negra e nem na Lista Cinza.

A Lista Negra, atualmente, é composta por Costa Rica, Filipinas e Malásia.

Como Lista de Centros Financeiros não-cooperativos, citem-se: Áustria, Bélgica, Brunei, Chile, Guatemala, Luxemburgo, Cingapura e Suíça.

De acordo com dados da OCDE, com dados elaborados pela Rede para a Justiça Fiscal (*Tax Justice Network*)¹⁶, nos últimos 25 anos, quase que duplicou o número de paraísos fiscais existentes no mundo, estando divididos nas Américas e Caribe, na África, na Europa, no Oriente Médio e Ásia, e nos Estados dos Oceanos Índico e Pacífico.¹⁷

Nas Américas, incluindo os Estados caribenhos (conhecidos, historicamente, por serem PTFs), existem 22 Estados, dos quais uma boa parte é considerada incluída na Lista Cinza da OCDE, tal como demonstrado na tabela 01 abaixo.

Tabela 01 - Estados das Américas, incluindo Caribe, considerados Paraísos Fiscais de acordo com a *Tax Justice Network*

Anguilha	Antigua e Barbuda*	Antilhas Holandesas
Aruba*	Bahamas	Barbados
Belize	Bermudas	Costa Rica
Dominica*	Granada	Ilhas Caiman
Ilhas Turcas e Caicos	Ilhas Virgens Americanas*	Ilhas Virgens Britânicas
Montserrat*	Nova Iorque	Panamá
Santa Lúcia*	São Cristóvão e Névis*	São Vicente e Granadinas*
Uruguai*		

Fonte: Elaboração própria, conforme dados do *Tax Justice Network*, agosto/2012.

Desses Estados nacionais, alguns ainda são considerados território britânico, tal como as Ilhas Caiman e a Anguilha; praticamente, todos eles Estados centro-americanos e caribenhos.

Na América do sul, apenas o Uruguai ocupa lugar de destaque, sendo que, a partir de 2009, passou-se a ser tratado como um Centro Financeiro não-cooperativo, e não um Paraíso Fiscal propriamente dito incluído em Lista Negra da OCDE.

No continente africano, existem 7 Estados considerados PTFs, tal como apontado abaixo na tabela 02.

Tabela 02 - Estados da África, considerados Paraísos Fiscais de acordo com a *Tax Justice Network*

África do Sul*	Libéria	Maurícia
Melilha*	São Tomé e Príncipe*	Seicheles*

¹⁶ Existe amplo banco de dados da *Tax Justice Network*: www.taxjustice.net

¹⁷ Dados mais desagregados podem ser retirados da *Economist Intelligence Unit* da OCDE, elaborado por John Christensen e Mark Hampton.

Somália*

Fonte: Elaboração própria, conforme dados do *Tax Justice Network*, agosto/2012.

O continente europeu apresenta, curiosamente, a região mais densa de Estados considerados Paraísos Fiscais, sendo 25 ao todo conforme tabela 03 abaixo.

Tabela 03 - Estados da Europa, considerados Paraísos Fiscais de acordo com a *Tax Justice Network*

Alderney*	Andorra	Bélgica*
Campione d'Italia*	Chipre	Frankfurt
Gibraltar	Guernsey	Holanda
Hungria*	Islândia*	Irlanda (Dublin)*
Inguchétia*	Ilha de Man	Jersey
Liechtenstein	Londres	Luxemburgo
Madeira*	Malta*	Mónaco
República Turca do Norte de Chipre*	Ilha de Sark	Suíça
Trieste*		

Fonte: Elaboração própria, conforme dados do *Tax Justice Network*, agosto/2012.

No Oriente Médio e na Ásia, são 9 Estados considerados como Paraísos Fiscais, conforme tabela 04 abaixo.

Tabela 04 - Estados do Oriente Médio e da Ásia, considerados Paraísos Fiscais de acordo com a *Tax Justice Network*

Bahrein	Dubai *	Hong Kong
Labuan	Líbano	Macau *
Singapura	Taipei *	Tel Aviv *

Fonte: Elaboração própria, conforme dados do *Tax Justice Network*, agosto/2012.

Nos Estados considerados dos Oceanos Índico e Pacífico, são 9 Estados considerados como Paraísos Fiscais, conforme tabela 05 abaixo.

Tabela 05 - Estados dos Oceanos Índico e Pacífico, considerados Paraísos Fiscais de acordo com a *Tax Justice Network*

Maldivas *	Marianas	Ilhas Cook
Ilhas Marshall	Nauru *	Niue *
Samoa *	Tonga *	Vanuatu

Fonte: Elaboração própria, conforme dados do *Tax Justice Network*, agosto/2012.

Foram incluídos ao todo 72 Estados nacionais e territórios nas listas apresentadas, mas excluídos Estados que possuem algumas características de paraísos fiscais, mas que não são, comumente, utilizados como tal, a exemplo da Nova Zelândia.

Marcados com asterisco (*) estão 34 territórios que acabaram desenvolvendo, recentemente, atividades mais relacionadas com Paraísos Fiscais, sendo que, nos últimos 25 anos, quase que se duplicou o número de Estados com tais características TERRA, 2012, p. 97).

Pode-se dizer que os Estados nacionais que não se encontram em alguma das três listas da OCDE, estariam, implicitamente, em uma “Lista Branca” por exclusão, com a qual a OCDE ainda não se preocupou do ponto de vista de política tributária internacional.

Especificamente, na América Latina, o tratamento da OCDE para Estados que não compõem a suposta “Lista Branca”: Costa Rica, Antigua e Barbuda, Bahamas, entre outros.

O caso do Uruguai é singular, tendo em vista que, no ano de 2009, passou a ser considerado como componente da Lista Cinza, saindo da Lista Negra da OCDE, mas ainda com um tratamento de Paraíso Fiscal pela Rede de Justiça Fiscal (*Tax Justice Network*), sendo visível a polêmica entre ainda ser um Paraíso Fiscal, integrante de uma Lista Cinza ou integrante de uma suposta Lista Branca (*White list*) da OCDE, tal como se verá a seguir.

5. O caso do Uruguai: da “grey list” para a “white list”

Questão polêmica é a que trata sobre a inclusão do Uruguai em uma suposta “grey list” dos países com menor transparência bancária internacional (ARNOLD, McINTYRE, 2002, p. 110).

De acordo com a Rede de Justiça Fiscal, o Uruguai está incluído entre os paraísos fiscais mais ativos da sociedade internacional, sendo inclusive a única nação sul-americana analisada no estudo.¹⁸

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Uruguai representa um dos países suspeitos de não colaborar com a transparência tributária, questionando-se inclusive os mecanismos de acordos internacionais bilaterais para troca de informações como forma de coibir a existência de paraísos fiscais.

De acordo ainda com estudo da Rede de Justiça Fiscal que inclui profissionais tributários, acadêmicos e jornalistas; o Uruguai corresponde a um dos sistemas nacionais caracterizados pela sua opacidade em operações bancárias.

Tal estudo fora feito por meio de relatório que considerou 15 aspectos específicos, dentre os quais: segredo bancário, registro de fundações, respostas aos pedidos de informações e a publicação de dados para estabelecer um ranking que considerou a Suíça o paraíso fiscal mais ativo da sociedade internacional.

O caso do Uruguai foi classificado em 26º lugar, correspondendo ao único Estado da América do Sul no qual é possível o sigilo bancário.

Ademais, é de se estranhar que os Estados Unidos se apresentem na lista de Estados com cidades adeptas de política de sigilo financeiro, não sendo, por completo, transparente.

¹⁸ Não se incluiu, por exemplo, o Paraguai que concede isenção de impostos para empresas que se instalam no país, permitindo-se a repatriação total de lucros auferidos no exterior.

Com isso, apontam-se cidades como Nevada, Delaware e Wyoming que prejudicam a transparência do sistema financeiro norte-americano na promoção de instituições normativas e organizacionais obscuras. Assim também seguem o mesmo caminho a Alemanha e o Japão, segundo a *Tax Justice Network*.

A OCDE vem, constantemente, reiterando as exigências para tais regiões suspeitas de não cooperarem com a transparência tributária, sendo que já é comum inclusive a implementação de acordos de troca internacional de informações, tal como acontece entre a Argentina e o Uruguai.

Uma das principais reclamações da OCDE é sobre o regime de acionistas ao portador, considerado pouco transparente para o repasse de informação.

A situação crítica do Uruguai é a instituição de imposto de 0,3% para as chamadas sociedades anônimas de investimentos financeiros, o que, em tese, não seria um PTF propriamente dito.

Recentemente, o Parlamento do Mercosul vem adotando posicionamento de aderência ao entendimento que o Uruguai não é um paraíso fiscal¹⁹, sendo, assim, irregular as eventuais sanções a ele adotadas perante a comunidade internacional.

No entanto, a questão mais polêmica colocada é sobre a adoção de um ordenamento jurídico inadequado à troca de informações fiscais locais, tal como faziam a Suíça e o Liechtenstein, como comportamento inadmissível para a transparência internacional (THURONYI, 2003, p. 51).

Em 2011, a OCDE declarou que o Uruguai adotou todas as medidas necessárias para não mais fazer parte da “grey list” de paraísos fiscais, avançando para um padrão internacional de trocas de informações, melhorando os níveis de transparência fiscal, incluindo-se a assinatura de sete tratados internacionais para troca de informações.

Em razão disso, o Uruguai apresenta dezoito acordos internacionais bilaterais, feitos com Equador, Liechtenstein, Suíça, Dinamarca, Noruega, Suécia, Islândia, Ihas Faroé e Groelândia.

Efetivamente, tais medidas foram adotadas após as manifestações internacionais da OCDE e do Fórum Global de Transparência Fiscal e Troca de Informação em 2011.

Aliás, a OCDE ainda acusa o Panamá, Antígua e Barbuda, Barbados, Brunei, Botsuana, Seychelles, Trinidad e Tobago, Vanuatu de não cumprir as recomendações do Fórum Global sobre a Transparência Fiscal.

5. Considerações finais

A observação sobre os paraísos fiscais e o Uruguai como componente da “white list” da OCDE foi materializado nos últimos entendimentos do G-20, do Fórum

¹⁹ Tal posicionamento representou um rechaço às declarações francesas, por meio do presidente Nicholas Sarkozy, em novembro de 2011, na presidência do G-20 de que o Uruguai seria um paraíso fiscal, relatando ainda outros Estados e que tal prática deveria ser banida da sociedade internacional. Tal fato justificou a razão pela qual o Presidente da Delegação Brasileira, parlamentar Roberto Requião se opôs radicalmente às mencionadas declarações, conforme informações oficiais do site do Parlasul: <http://www.parlamentodelmercosur.org> Os parlamentares de todos os Estados-partes do Mercosul, veementemente, repudiaram as declarações do presidente francês, alertando para os empenhos em fomentar a igualdade e a inclusão. Aliás, Nicolas Sarkozy, tinha afirmado, durante o encerramento da última Cúpula do G20, em Cannes, que Antígua e Barbuda, Barbados, Botsuana, Brunei, Panamá, Seicheles, Trinidad e Tobago, Uruguai e Vanuatu não tinham um marco jurídico adaptado aos intercâmbios de informação fiscal.

Global sobre a Transparência Fiscal e da própria OCDE, mesmo que ainda se carece de maior concretização por parte de outros Estados nacionais ainda considerados PTFs e não-colaboradores internacionais, tais como: Panamá, Antígua e Barbuda, Barbados, Brunei, Botsuana, Seychelles, Trinidad e Tobago, Vanuatu.

Trata-se, indubitavelmente, de um passo a frente no tratamento do tema no âmbito econômico, jurídico e político para o Uruguai, e, indiretamente, para o Mercado Comum do Sul, tanto é verdade que o processo de integração econômica regional é pautado pelo cumprimento dos princípios jurídicos de Direito Internacional Público, e da própria transparência fiscal em Direito Internacional Tributário.

O método da transparência fiscal e da troca internacional de informações em matéria tributária é adotado pelas diversas organizações internacionais e por variados Estados, tendo consequências positivas para a disciplina da segurança fiscal internacional, estando apto a garantir a transparência geral no Uruguai, dentro dos princípios da soberania e da autodeterminação dos povos.

A OCDE, ao reconhecer os esforços do Uruguai, como Estado colaborador em matéria de troca internacional de informações fiscais, preencheu uma necessidade proeminente do Mercosul e do Estado uruguaio. Porém, tal mecanismo ainda deverá ser aperfeiçoado com instrumentos de combate à lavagem de dinheiro, relacionado com o crime organizado transnacional e com o tráfico internacional de entorpecentes.

Os paraísos fiscais, como se sabe, costumam estar associados a crimes praticados por narcotraficantes, de funcionários públicos e empresários, além de todo tipo de atividades à margem da lei.

Para o caso do Uruguai, a sua elevação à Estado nacional colaborador representa uma evolução para coibição de fluxos financeiros internacionais de origem ilícita, bloqueando o estereótipo da imagem de crimes internacionais na região.

Tal consideração leva em conta as medidas adotadas pelo Uruguai desde idos de 2005, passando-se por 2009, quando o Estado passou a figurar como “Grey list”, a se adaptar às regras da OCDE para cooperação fiscal internacional.

6. Referências bibliográficas

AMATUCCI, Andrea. **International tax law**. 2nd edition. New York: Aspen Pub, 2012.

ARNOLD, Brian J; McINTYRE, Michael. **International tax primer**. 2nd edition. Hague: Kluwer law international, 2002.

AVI-YONAH, Reuven S. **International tax as international law: an analysis of the international tax regime**. Cambridge: Cambridge University press, 2008.

FINNERTY, Chris J.; MERKS, Paulus; PETRICCIONE, Mario; RUSSO, Raffaele. **Fundamentals of international tax planning**. Amsterdam: International Bureau for Fiscal Documentation, 2007.

MARTINS, Ives Gandra da Silva *et alii*. **Temas de tributação e direito internacional**. São Paulo: MP editora, 2008.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Harmful tax competition – an emerging global issue**. Paris: OECD publications, 1998.

POWELL, Geoffrey Colin. **Economic Survey of Jersey**. California: States of Jersey, 1971.

ROHATGI, Roy. **Basic international taxation: principles**. Vol. I. 2nd edition. United kingdom: BNA international, 2007.

TAVOLARO, Agostinho Toffoli *et ali*. **Direito tributário internacional**. São Paulo: MP editora, 2006.

TERRA, Ben J. M. **European tax law**. 6th ed. Alphen aan den Rijn : Wolters Kluwer Law & Business, 2012.

THURONYI, Victor. **Comparative tax law**. Hague: Kluwer law international, 2003.

TORRES, Heleno. **Direito tributário internacional: planejamento tributário e operações transnacionais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

_____. Pluritributação internacional sobre as rendas de empresas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

XAVIER, Alberto. **Direito tributário internacional do Brasil**. São Paulo: Forense, 1993.